

DINÂMICA DA MINERAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA REGIÃO DE CARAJÁS-PARÁ.

Simone Contente.

Cita:

Simone Contente (2017). *DINÂMICA DA MINERAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA REGIÃO DE CARAJÁS-PARÁ. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/669>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**DINÂMICA DA MINERAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA REGIÃO DE
CARAJÁS-PARÁ**

SIMONE CONTENTE

simonecontente@bol.com.br

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

BRASIL



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Esse artigo busca uma reflexão sobre as mudanças na estrutura fundiária trazidas com a chegada da mineração industrial no Sudeste do Pará, local de descoberta da maior jazida de ferro do mundo, e que passou a ser palco a partir do final da década de 1970 de uma das principais políticas governamentais desse período, o Programa Grande Carajás – PGC. Apesar de considerar esse marco histórico fundamental para compreensão do aspecto que assume a renda da terra a partir de então, o recorte temporal de análise priorizado neste artigo, data-se de período mais recente, que se abre a partir dos anos 2000. Assim se buscará apreender a dinâmica de posse e uso da terra nos municípios considerados dentro da área de influência direta da mineração pela empresa Vale, para mostrar que a intensificação dessa atividade aquece o mercado imobiliário de terras, tornando a renda da terra a principal motivação econômica em detrimento a qualquer atividade produtiva, e importante fonte de ampliação da taxa de lucro dessa empresa.

Palavras-chave: Mineração industrial, estrutura fundiária, renda da terra.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the changes in the land structure brought with the arrival of industrial mining in the Southeast region of Pará, the site of discovery of the largest iron ore deposit in the world, and which became the stage from the late 1970s onwards, one of the main government policies of this period, the Grande Carajás Program - PGC. Although considering this fundamental historical framework for understanding the aspect of land rent since then, the time cut of analysis prioritized in this article dates back to the most recent period, which began in the 2000s. Will seek to apprehend the dynamics of land tenure and use in the municipalities of the region that are considered within the area of direct influence of mining by Vale, to show that the intensification of this activity warms the land real estate market, making land income the main economic motivation to the detriment of any productive activity, and an important source of expansion of the company's profit rate.

Keywords: Industrial mining, land structure, land income.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

1. INTRODUÇÃO:

As primeiras explorações minerárias na região Sudeste do Pará datam da década de 1930, com a exploração de diamante nas margens do Rio Tocantins entre os municípios de Marabá e Itupiranga. Consistia numa atividade garimpeira nas épocas de secas dos rios, que se realizava complementarmente ao extrativismo da castanha, principal atividade econômica regional desse período.

A partir da década de 1950 a demanda mundial por minérios faz com que se inicie prospecções minerais na Amazônia por parte de multinacionais do setor, como foi o caso da empresa *United States Steel*, que descobre nesta região uma expressiva jazida de ferro, principal matéria prima para indústria do aço, altamente demandado no mercado industrial. Essa descoberta logo configurou-se como uma tábua de salvação da economia nacional a partir da década de 1970, pois poderia representar o elemento para o equacionamento da dívida externa brasileira após os choques nos preços do petróleo. A criação do Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia-POLAMAZONIA, é a expressão desse contexto e representa um aprofundamento do papel da Amazônia enquanto fornecedora de bens primários.

Uma das âncoras principais do POLAMAZONIA esteve na conformação do Programa Grande Carajás-PGC em 1980, um programa gigantesco em todos os sentidos, pois cobria uma área enorme de quase 900 km² entre os Estados do Pará (basicamente a atual mesorregião do sudeste Paraense), Maranhão e Goiás (atual Estado do Tocantins), de onde se previa explorar de 18 bilhões de toneladas de ferro de alta qualidade. Tinha por espinha dorsal a mineração mas envolvia uma cadeia de beneficiamento, transporte, comercialização, metalurgia e fornecimento de energia, que levaram a construção de mega empreendimentos infra-estruturais com a Hidrelétrica de Tucuruí, a Estrada de Ferro e o Pólo Siderúrgico de Carajás. (HALL, 1991: p.40-41).

Pode-se considerar que a mineração industrial é o verdadeiro vetor da entrada do capitalismo na região. Na exploração econômica da castanha já se tinha um capital comercial agindo nesta região, mas que se restringia praticamente a condição de um entreposto comercial, dominado



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

por uma oligarquia regional, que usava de todas as práticas pré-capitalistas locais para essa exploração extrativa. Também a pecuária incentivada a partir da década de 1960, em que pese ser responsável por uma migração massiva de grandes capitais para região, teve pouca influência na mudança das relações de produção/trabalho capitalista, apesar de já representar o princípio básico de sua ação local, expresso pelo cercamento das terras livres, num processo historicamente verificado de acumulação primitiva ao capital, que se relacionava indiretamente com a necessidade de mão-de-obra desterritorializada para exército de reserva, suprimindo a demanda da mineração. Nesse sentido a cadeia minerária iniciava sua pressão capitalista sobre a região modificando completamente esse território e redefinindo novas relações sociais de produção.

2. CONDIÇÃO DE POSSE E USO DA TERRA PELA MINERAÇÃO INDUSTRIAL EM CARAJÁS

Desde o início da exploração mineral de Carajás a companhia Vale do Rio Doce é a principal empresa exploradora. Em 2011 era responsável por 66% de toda produção mineral do Pará (MME-DNPM apud SANTOS, 2011: 159). Essa empresa nasce como uma empresa estatal em 1942, mas inicia sua atividade na Amazônia apenas na década de 1980 quando torna-se sócia majoritária da *U.S. Stell*, mineradora norte americana que já explorava o minério de Carajás desde 1970. Logo torna-se uma das maiores empresas mineradoras do mundo, o que não impediu sua privatização em 1997.

O plano plurianual 2004-2007 incentivando a mercantilização de bens de origem mineral e a descoberta de novas minas¹ na região de Carajás, potencializou sua produção mineral em larga

¹ Destaque no crescimento da produção de ferro nas minas N4 e N5 em Parauapebas, Serra leste em Curionópolis e S11D em Canaã dos Carajás considerada a maior mina da histórica com perspectiva de produção de 90 milhões de toneladas/ano. Quanto ao minério de cobre tem a mina do Sossego em Canaã dos Carajás a maior mina de cobre em operação no país, a mina do projeto Salobo em Parauapebas, que deve superar a mina do Sossego em produtividade e a mina do projeto Cristalino em Curionópolis. Em relação ao Níquel tem a mina do vermelho próximo a mina de ferro de Carajás e o projeto Onça Puma nos municípios de Ourilândia do Norte



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

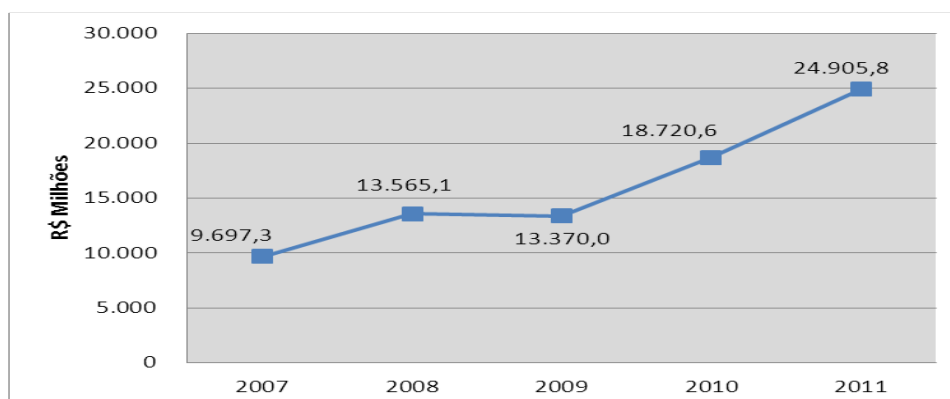
3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

escala, com uma ampliação da produção mineral quase três vezes mais o seu valor em apenas quatro anos. (gráfico 1)

GRÁFICO 1 – Evolução do Valor da Produção Mineral do Pará 2007-2011.



Fonte: DIPAR/DNPM , 2012:p.7

Essa exploração mineraria de Carajás tem lhe rendido lucros crescentes, segundo a revista Valor: “a Vale encerrou o segundo trimestre de 2014 com um lucro líquido de R\$ 3,18 bilhões, mais de três vezes superior aos 283% a cima do observado em igual período no ano passado” (SARAIVA, 2014:p. 15)

Também o minério tornou-se o principal produto da pauta de exportação do Pará, com 75,8% de participação em 2013 (IBRAM: 2014, p.3) elevando o Estado a categoria de segundo maior produtor do Brasil. Contraditoriamente à esses índices a mineração no Brasil tem rendido uma compensação financeira ínfima pela exploração dos recursos minerais, com uma alíquota de royalties de apenas 2% sobre o faturamento líquido da venda do produto mineral do ferro. Segundo Monteiro (2004, p. 182), essa seria a compensação mais baixa entre os países exportadores de bens de origem mineral, só para ter uma ideia, na Austrália, outro grande produtor mineral, a alíquota do ferro é de 7,5%.

e Tucumã. Todas essas minas já começam a produzir ou estão em fase de implantação a partir dos anos 2000.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A atividade industrial extrativista de minério em que pese ser caracterizada por uma alta composição orgânica do capital, com forte incorporação de ciência e tecnologia, contraditoriamente tem uma baixa densidade de trabalho total incorporado, considerando tanto o de mina como o que se apresenta na produção dos equipamentos, geralmente um pequeno núcleo de funcionários especializados mais fixos e uma alta rotatividade nos setores gerais de serviços operacionais.

TABELA 1: Distribuição do emprego formal por setores econômicos – Brasil, 1987-2002

Setores Econômicos	1987	1990	2002	1987-2002	1990-2002
	%	%	%	Cresc. %	Cresc. %
Serviços	29,2	27,8	32,0	40,1	42,4
Administração Pública	21,9	20,6	23,7	38,0	42,2
Indústria da transformação	26,0	23,6	18,2	-10,8	-4,7
Comércio	13,0	12,8	16,8	65,3	62,0
Agropecuária	1,4	1,6	4,0	275,4	205,2
Construção Civil	4,3	4,1	3,9	14,5	15,3
Serviços Industriais	1,3	1,4	1,1	3,3	-4,0
Extrativa Mineral	0,7	0,6	0,4	-23,8	-6,2
Outros Ignorados	2,9	7,5	0,0	-100,0	-100,0
Total	100,0	100,0	100,0	27,7	23,6

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho. Apud (FERREIRA e MATOS, 2005: p.11)



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

TABELA 2 – Número de empresas e de empregados no segmento brasileiro de máquinas e equipamentos para extração mineral (2006-2011)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação (%) 2011/2006
Empresas(1)	118	123	121	122	135	138	16,9
Até 49 empregados	101	105	102	98	111	113	11,9
De 50 a 249	17	17	18	23	23	23	35,3
mais de 250	0	1	1	1	1	2	-
Emprego	2.861	3.182	3.482	3.640	4.070	4.867	70,1
Até 49 empregados	1.231	1.251	1.326	1.092	1.228	1.353	9,9
De 50 a 249	1.630	1.681	1.865	2.267	2.489	2.569	57,6
Mais de 250	0	250	291	281	353	945	-

(1) Exclusive as com nenhum vínculo ativo. Fonte: (BERTASSO e CUNHA,2013:p. 39)

Esse fenômeno se coloca também em relação a região Sudeste do Pará, observando-se o comparativo entre economia primária e secundária:



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

TABELA 3: Sudeste Paraense. Composição estrutural de variáveis-chave da economia regional: 2003 e 2004 (%)

Variáveis	Produção primária		Comercio, industria e serviços			Total
	Agropecuária	Mineral	Local	Estadual	Nacional	
2003						
Valor Adicionado	11	29	14	11	36	100
Salários	6	3	18	14	58	100
Valor Bruto da Produção	5	15	33	14	33	100
Emprego	21	1	17	15	46	100
2004						
Valor Adicionado	9	32	13	11	36	100
Salários	5	6	17	14	58	100
Valor Bruto da Produção	4	16	32	15	33	100
Emprego	15	1	17	16	50	100

Fonte: Santos, 2011

Em suma, a desnacionalização, bem como a utilização de técnicas modernas e pouco empregadoras de mão-de-obra, converte as atividades mineradoras em espécies de enclaves estrangeiros de elevada capitalização, pouca ou nenhuma articulação com os demais setores de atividade econômica, logo, reduzida contribuição à expansão de mercados internos, onde se percebe que o desenvolvimentismo apregoado a atividade mineraria nada mais é do que um mito.

Sobre o avanço dessa atividade sobre as terras da região, sabe-se que a mineração é regida pelo regime jurídico da *res nullis*, ou seja, as riquezas do subsolo são consideradas propriedade da união distinta do solo. Dessa forma aparece à primeira vista que não seria de interesse da



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

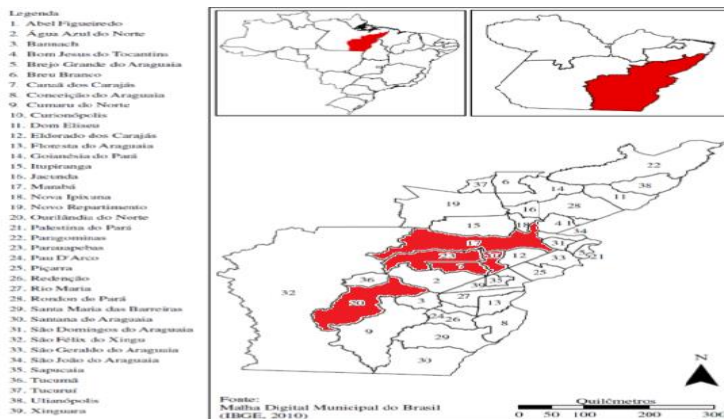
La sociología en tiempos de cambio

mineração a posse da terra e sim seu usufruto, no entanto, o que tem se percebido em Carajás é um avanço em relação a posse de enormes quantidades de terras pela mineração na região, como se verá a seguir.

3. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA NO ENTORNO DA MINERAÇÃO DE CARAJÁS

Considerar-se-á nesse tópico a área de influência direta (AID)² da Vale, no que concerne a condição da posse da terra e dinâmica produtiva a partir do censo agropecuário de 2006, o preço da terra e os conflitos fundiários, elementos que servem de balizamento para apreensão da situação fundiária no entorno da principal mineradora da região.

FIGURA 1: Mapa da área de Estudo: municípios da mesorregião Sudeste paraense e área de Influências direta da mineração da Vale em Carajás.



Fonte: Corrêa; Carmo, 2012:p.3. Adaptação própria.

Em relação a propriedade da terra os dados da tabela 4, apontam que na AID da mineração prevalece pequenas propriedades com 81% de estabelecimentos entre 1 a 4 módulos fiscais³, contra aproximadamente 3% em relação a estabelecimentos considerados como grandes, superior a 15

² Compreende os municípios de Canaã dos Carajás, Curionópolis, Marabá, Ourilândia do Norte e Parauapebas

³ Na região em estudo, o módulo fiscal equivale à 70 hectare.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

módulos fiscais. Mesmo considerando que há um percentual maior em relação ao Brasil, onde a grande propriedade equivale a 0,9%, ainda assim, podemos afirmar por esses dados não haver características de concentração fundiária nessa região.

TABELA 4: Estabelecimentos segundo classificação de imóveis rurais. Brasil e Municípios da AID da mineração

Estrato de área Local	Número de Estabelecimentos			
	minifúndio	pequeno	Médio	Grande
Canãa do Carajás	11	620	82	19
Curionópolis	21	194	36	33
Marabá	263	2.363	173	75
Parauapebas	108	742	74	4
Ourilândia do Norte	56	469	43	17
Total da AID da mineração	459	4388	408	148
Brasil	2.477.151	2.191.032	204.856	47.578

Fonte: Censo Agropecuário 2006. (micro dados). Elaboração própria

Deve-se considerar, no entanto, o fato de que o censo de 2006 é realizado antes do novo *boom* da mineração na região que acontece com a decisão de abertura da mina S11D no município de Canãa dos Carajás, que teve sua licença para operação apenas em 2011, portanto muito provavelmente a partir desse momento pode está em curso uma mudança no padrão de posse da terra, que esteja pressionando essas pequenas propriedades. Dados do cadastro de imóveis rurais de 2016, dá para ter noção do avanço da posse de terras pela companhia Vale no município de Canãa dos Carajás.



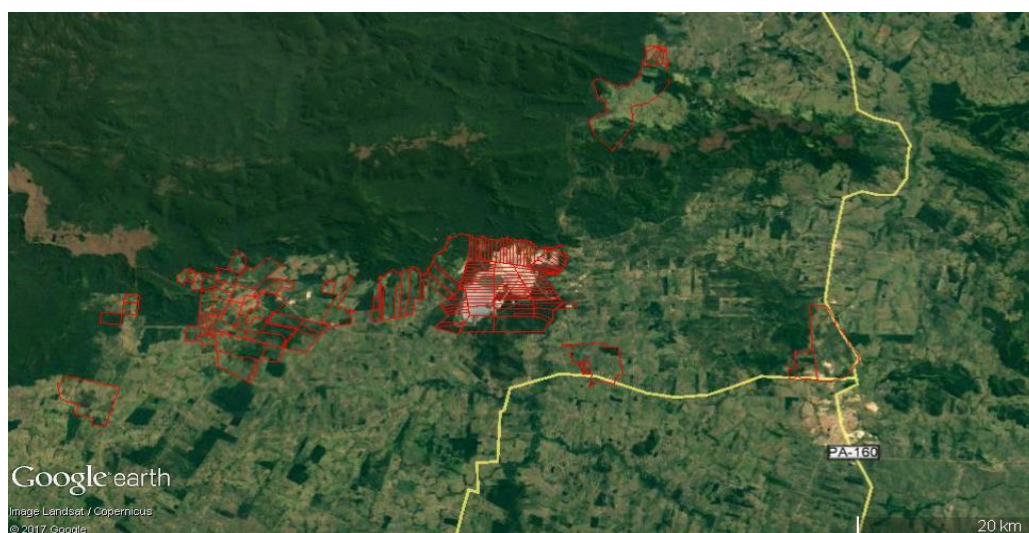
**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Figura1: Imóveis Rurais registrados em nome da Vale S.A em Canãa dos Carajás



Fonte: CAR/SEMAS. 2016.

Além do avanço sobre as terras, importa também a dinâmica de produção sob estas. Dessa forma buscou-se no exemplo da pecuária, considerada uma atividade produtiva importante, perceber como esta tem se impactado com o avanço da mineração.

TABELA 5: Municípios da AID da mineração. Produção pecuária.

Município	Área de pasto(ha)	Nº de cabeça de gado (uni)	Média cabeça /ha
Canãa	157.900	209.264	0,7
Curionópolis	140.481	228.457	0.6
Marabá	597.957	619.039	0.9
Parauapebas	67.859	90.499	0.7
Ourilândia	286.441	189.963	1.5
Total da AID da mineração	1.250.638	1.337.222	0,9



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Brasil	329.941.393	171.613.337	1,9
Pará	22.925.331	13.933.883	1,6
Sudeste do Pará	11.403.430	9.613.541	1,1

Fonte: IBEG cidades. Censo agropecuário 2006. Elaboração própria.

Os dados da tabela 5 demonstram que há uma subutilização da terra nos municípios da AID da mineração em relação à pecuária, se tomarmos seu percentual em relação ao Brasil, ao Pará, ou mesmo dentro da própria região Sudeste do Pará. Para Monteiro (2012:p.114) vários fatores influenciaram essa queda de produção da pecuária bovina na região, dentre eles a crise financeira de 2008, que atingiu indiretamente o Pará, já que a consolidação de monopólios frigoríficos baixou o preço da arroba, criando uma relação de desconfiança e mesmo prejuízo aos pecuaristas regionais. Este cenário coincidiu com o momento de expansão da mineração e conseqüentemente da alta do preço da terra, fazendo com que para o pecuarista fosse mais lucrativo especular com seu preço do que investir na pecuária.

Outro elemento importante para compreensão da estrutura fundiária nessa área, relaciona-se ao preço da terra. Na tabela 6 temos claro que em 2011, com o início do processo de constituição do projeto S11D na região o preço da terra mais do que triplicou em relação à 2006.

TABELA 6: Marabá-Pará. Preço da terra nua -2006 e 2011

Referências Ano	Valor da terra nua (R\$/ha)		
	mínimo	Médio	Máximo
2006	1.269,26	1.015,41	692,65
2011	2.147,00	3.043,00	3.934,00

Fonte: INCRA apud. SILVA e BARRETO, 2014:p.43
ITERPA, 2006



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Nesse cenário pode-se imaginar a pressão pela busca de terras consideradas abertas, ou seja, fora do circuito do capital, sejam elas camponesas, indígenas ou de reservas florestais, o que tem acentuado os conflitos por terra nessa região. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra, sobre conflitos no campo na Amazônia em 2013, 97% destes estariam na região de expansão da mineração, com 58% dos assassinatos. (FAUSTINO e FURTADO, 2013: p.39).

O latifúndio, no entanto mudou, porque hoje não tem rosto. Essa é a conclusão que muitas lideranças externaram por conta do Fórum Carajás 30 anos ocorrido no município de Marabá em 2014: “Antigamente a gente sabia contra quem lutava, hoje não se sabe mais, a gente sabe que ali é terra da Vale, acolá é do Daniel Dantas ou da Coloussos, mas cadê o rosto?”⁴

4. MINERAÇÃO E AS NOVAS DETERMINAÇÕES DA RENDA DA TERRA

Já pôde-se perceber que a mineração tem sido a grande propulsora da entrada do capitalismo na região Sudeste do Pará. Nesse sentido, qual o papel que tem assumido a renda da terra sob a égide dessa atividade? Haveria algo de novo no processo de especulação com a terra no entorno da mineração? Como esse processo especulativo tende a intensificar os conflitos agrários na região?

4.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A RENDA DA TERRA

Nos primórdios do capitalismo um debate pulsante entre os economistas ingleses da época relacionava-se ao papel que deveria ter a propriedade monopolista dos recursos naturais, como por exemplo, a terra. Este representava de fundo, um conflito entre a classe da aristocracia feudal, grande proprietária de terras com as dos comerciantes e industriais, classe dinâmica do capitalismo.

⁴ FÓRUM CARAJÁS TRINTA ANOS. Depoimento oral com o antigo presidente do STR de São João do Araguaia, na época das ocupações do Castanhal Ubá e Cuxiú. Realizado nas dependências da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará em Marabá entre os dias 21 e 23 de março de 2014.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Em seu estudo sobre o capital, Marx, estabelece uma discordância fundamental com esses economistas, ao considerar a terra uma mercadoria, que como outra qualquer, possui seu equivalente de valor. A questão que se colocava à Marx era como abstrair seu valor, já que no caso da terra pura, sem nenhum trabalho incorporado, haveria uma inexistência de um valor em si, ela apenas permitiria captar valores criados pelo trabalho reencontrado na formação da taxa média de lucro do capital produtivo, a ser distribuído entre as várias frações do capital. Nesse sentido seria uma fonte de renda não de valor, distinção fundamental com a renda feudal e escravista, pois é uma renda que no capitalismo não envolve a relação direta entre o dono da terra e seu usuário, mas toda uma relação social de produção que tem na formação do valor-trabalho sua essência.

“a renda não é paga por ninguém em particular porque ela é paga pelo conjunto da sociedade. Ela aparece primeiramente nas mãos do capitalista como se fosse um lucro extraordinário, que ele se julga no direito de reter para si porque para ele o lucro é o pagamento pela propriedade dos instrumentos de produção proporcional ao valor que esses meios têm. Ele conserva a parte que lhe cabe e passa adiante ao proprietário da terra, a parte que cabe a este. Assim, a renda capitalista da terra também se distingue da renda pré-capitalista porque não tem o caráter de um tributo pessoal e sim o caráter de um tributo social. O conjunto da sociedade paga pelo fato de que uma classe, a dos proprietários, tem o monopólio da terra. A dedução não é feita sobre os ganhos deste ou daquele, mas sobre os ganhos do conjunto da sociedade, sobre a riqueza socialmente produzida, ainda que sujeita à apropriação privada do capitalista. É claro que a dedução não incide sobre o capitalista individual, mas sim sobre a coletividade dos capitalistas, sem que nenhum deles em particular se sinta lesado pelo fato de ter que pagar a renda territorial. (Martins, 1980: p.209).

Dessa forma, os proprietários de terras se configuravam como uma classe ociosa, pois na sua função de rentistas, não estariam envolvidos em nenhum processo de geração de valor, mas ainda sim, persistiam no capitalismo porque cumpriam a função básica de garantir a propriedade privada da terra, já que esta consistia na primeira condição para formação de um proletariado para indústria capitalis-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ta, a partir do divórcio do produtor do seu meio de produção. Por isso sua persistência não seria atípica ao sistema capitalista, mas parte constitutiva dele.

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é condição para que possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra (Martins, 1980:p. 219)

4.2. CARACTERÍSTICAS ATUAIS DA RENDA DA TERRA NA REGIÃO SUDESTE DO PARÁ.

Observando o movimento do mercado fundiário na região Sudeste é fato que este se movimenta prioritariamente em função da especulação imobiliária com a terra no entorno da mineração. A partir do início do século XXI houve um aquecimento do mercado de terras nessa região principalmente onde foram descobertas novas jazidas de minério.

A aparência nos mostra então uma perspectiva de conflito entre o capital minerario e o rentista numa disputa na esfera do mercado pelo melhor preço da terra. No entanto, se observarmos esse fenômeno com mais cuidado, perceberemos que essa conclusão é falsa e pode nos levar a equívocos nas ações políticas da luta contra o capital nessa região.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a renda da terra não se forma no mercado e sim na distribuição da mais-valia, na medida em que é resultado da dedução feita a partir da esfera produtiva do capital. Nesse sentido, como o principal capital produtivo dessa região está expresso na atividade mineraria, temos que a apreensão da renda não se pode fazer sem que se tenha claro as relações sociais de produção que cercam a mineração.

O preço do minério como de qualquer outra mercadoria está diretamente relacionado a incorporação de trabalho objetivado para sua produção, seja o trabalho direto na extração ou incorporado indiretamente a partir da tecnologia empregada, que também resulta de trabalho, ou mesmo, através de novas técnicas gerenciais de trabalho que tendem a incorrer numa maior exploração, como no caso de Carajás, onde o intenso processo de terceirização tem barateado os custos com mão-de-obra operária .



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Entretanto, conforme exposto anteriormente a atividade mineraria se caracteriza por uma alta composição orgânica do capital, o que em geral produziria uma taxa de lucro inversa. Dessa forma elementos externos a relação capital-trabalho são considerados fundamentais para equalização dessa taxa de lucro, no caso de Carajás estaria ligado as características naturais que cercam essa exploração (concentrado de minério, qualidade do produto e condição de extração), as benesses fiscais, infraestruturais e baixos *royties* concedidas pelo Estado para a produção mineraria regional, e a correlação de forças entre as classes e frações de classes envolvidas na comercialização e formação da renda. Portanto, se o preço do minério expressa-se apenas pela quantidade de trabalho objetivado, o lucro em si depende de todos os demais elementos que cercam esta atividade.

Poder-se-ia debruçar sobre cada um desses elementos para demonstrar o quanto eles tem sido favoráveis a empresa mineraria na região, mas basta que fiquemos nos dados de seus lucros exorbitantes como já citado anteriormente.

Somente depois de compreendido a relação de produção que envolve a atividade de mineração é que temos possibilidade de analisar o que cabe enquanto renda, ou seja, o pagamento destinado ao proprietário da terra pelo uso da mesma enquanto produto dessa relação. As características monopolistas da Vale, garantem a essa empresa todo o domínio da produção e comercialização do minério local, portanto capital produtivo e comercial encontram-se aí sob um único domínio. Em relação a terra, viu-se anteriormente que esta empresa tem como dinâmica sua posse direta e não arrendamento. Independente da forma de apropriação da terra para extração mineral, inevitavelmente existirá uma relação entre essa empresa com algum dono da terra. Sob terras camponesas e indígenas a dinâmica que tem se estabelecido, tem sido de troca de terras para reassentamento em outra área, geralmente negociada individualmente, sem possibilidade de nenhuma barganha, pois as resistências costumam ser duramente esmagadas tanto pela empresa como pelo Estado com todas as formas de boicotes e violência. Nas áreas de fazendas, a mineração tem pagado pelas terras um valor inclusive superior ao do mercado local. Dessa relação entre classes distintas o capital mineral pode também abstrair taxas de lucro diferenciadas. Para Amim e Vergopoulos (1997: p.113), “se uma grande propriedade bloqueia a taxa de lucro industrial, a pequena permite a maximização dessa renda”.

Dessa forma, a pressão da mineração sob as terras camponesas no entorno de Carajás, seja de forma direta pela própria empresa mineradora ou através dos latifúndios favorece uma taxa de mais-valia



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

extraordinária a mineração, que pode de maneira harmônica ser equacionada entre essas empresas e os capitais rentistas.

O fato porem, de que proprietário e capitalista personifiquem realidades distintas e antagônicas, não nos deve fazer esquecer de que ambos são proprietários privados de instrumentos de produção (...) unidos pelo interesse comum de apropriação da mais-valia produzida pelos trabalhadores (MARTINS, 1980: p. 210)

A explicação correta para especulação com preço da terra na região está, portanto, no monopólio capitalista da terra (excedente sobre o lucro médio da produção), resultante necessária da subordinação do trabalho ao capital, é aí que se forma a renda, sendo o preço consequência desse processo. Por isso para Marx, “a elevação do preço da terra não significa necessariamente elevação da renda, a elevação da renda é que sempre acarreta elevação do preço da terra” (1986: 242)

5. CONCLUSÕES

A mineração trouxe consigo as determinações capitalistas que progressivamente tem modificado as relações sociais preexistentes na região. Esse artigo buscou demonstrar a relação direta existente entre a monopolização do território Amazônico (posse e uso da terra) pela mineração da empresa Vale, como um processo decisivo para ampliação de sua taxa de lucro.

Conhecer o chão histórico local nos favoreceu compreender as mudanças existentes em relação ao padrão de posse e uso da terra nessa região, da sua transformação específica em renda capitalista altamente beneficiária à essa empresa e aos fazendeiros da região na correlação de forças com a população pobre do campo; até a sua forma de monopolização do território por essa empresa transformando ativos naturais e públicos (terra e minério) em bens privados.

A forma de especulação com o preço da terra atualmente é completamente distinta daquela exercida no primeiro período de entrada do capital na região entre as décadas de 1960 e 1970, pois nesse período essas terras refletiam ínfimos investimentos de capitais, obtendo uma renda cuja principal função era de preservar a inviolabilidade da propriedade privada da terra. A especulação com o preço



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

da terra no momento mais recente já é de outra natureza, na medida em que assume as características de uma renda capitalizada, onde a ela cabe a principal função de meio de produção baseado na apropriação de um trabalho futuro.

Mediado pelo capital a renda da terra deve se submeter a suas regras e ganha toda sua fluidez. Ela pode advir de uma terra concentrada, ou dividida em lotes menores e mesmo fictícia⁵, não importa qual condição assuma, o que importa é qual condição melhor favorece o proprietário fundiário a se apropriar da mais-valia social. Por outro lado é a terra revertida a condição de capital e não de trabalho.

6. BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, A.W. (1995) *Carajás: a Guerra dos Mapas*. 2ªed. Belém: Seminário Consulta.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. (1997). *A questão Agrária e o capitalismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BERTASSO, B; CUNHA, A. (2013) *Segmento de Máquinas e Equipamentos para extração mineral*. Campinas: UNICAMP. IE.NEIT/ABDI.

CORREA, V.; CARMO, R. (2012). *Fronteira de exploração mineral na Amazônia: um mosaico territorial na mesorregião do Sudeste paraense*. Águas de Lindóia/SP :XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais-ABEP. 19 a 23 de novembro.

DIPAR/DNPM (2012). *Economia mineral do Estado do Pará 2011*. Belém: Disponível em: http://www2.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=6860. Acessado em: 20 de janeiro de 2015.

FAUSTINO, C; FURTADO, F. (2013). *Mineração e violação de direitos. O projeto Ferro Carajás SIID da Vale*. Relatório da missão de Investigação e Incidência. Açailândia: DHESCA/Brasil.

⁵ Tendência recente muito forte em algumas regiões do Brasil , de empresas especializadas na exploração do mercado imobiliário de terras



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

FERREIRA, R ; MATOS,.R. (2005). Dinâmica do emprego formal no Brasil da década de 1990 e as tendências de reestruturação territorial. Salvador: *XI Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional- ANPUR*. (Anais)

HALL, A. (1991). O Programa Grande Carajás –gênese e evolução. In: HEBETTE, J. *O Cerco está se fechando. O impacto do grande capital na Amazônia*. Belém/Pa e Petrópolis /RJ: Editoras NAEA, FASE, Vozes.

IBRAM. (2015). *Informações sobre a Economia Mineral do Estado do Pará. 2014*. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004356.pdf>. Acessado em; 25 de fevereiro de 2015.

IBGE cidades. (2015). *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=15&search=para> acessado em: 12/05/2015.

ITERPA. (2017) *Resolução nº 34*. 12 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.aeapa.com.br/TabelaAgraria.pdf>. Acessado em: 27/08/2017.

MARTINS, J. (1980). Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo sentido da Reforma Agrária. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v.22. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, K. *O Capital*. Processo Global da Produção Capitalista. 2ªed. São Paulo: Nova Cultural, v.III. Livro terceiro. Tomo 2. 1986. (Os economistas)

MONTEIRO, M. de A.(2004). Amazônia: mineração, tributação e desenvolvimento regional. *Novos Cadernos Naea*. v. 7, n. 2, p. 159-186, dez.

MONTEIRO. H.F. (2012). *A concentração da indústria de frigorífico e a crise da pecuária na região Sudeste do Pará: uma abordagem multifacetada*. Belém: NAEA. (dissertação de mestrado)

SANTOS, V. A (2011). *Economia do Sudeste Paraense: Fronteira de Expansão na Periferia Brasileira*. Campinas/SP: UNICAMP. (tese de doutorado Instituto de Economia Unicamp).

SARAIVA, A. (2014). Lucros da Vale quase quadruplica no trimestre e alcança R\$ 3,19 bilhões. 31/07/2014 disponível em: WWW.valor.com.br/empresas/3633364/lucro-da-vale-quase-quadruplica-no-trimestre-e-alcanca-r-319-bilhoes. Acessado em : 4 de maio.